



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

0067 ATENÇÃO À CRIANÇA

GERENTE: ALEXANDRE ROCHA ARAÚJO

Objetivo: Assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou outras alternativas comunitárias

2331 (A) AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Produto: MODULO DISTRIBUIDO

Unidade de Medida:

MILHAR

Físico	2.552,0	505,4	19,8 %	79,0	0,0	0,0 %
Financeiro	48.750.186	48.750.186	100,0 %	4.835.700	4.337.583	89,7 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 4.337.583)

0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

GERENTE: REINALDO ESTELLES

Objetivo: Ampliar e melhorar a oferta de atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais

0511 (OE) APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Produto: INSTITUICAO APOIADA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	16.090,0	6.550,0	40,7 %	2.026,0	4.035,0	199,2 %
Financeiro	91.549.477	59.399.504	64,9 %	17.866.100	16.231.018	90,8 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (4.035,0) Financeiro (R\$ 16.231.018)
O resultado bem acima da meta prevista, origina-se da mudança na destinação de recursos, em 2003 ampliou-se significativamente o apoio de projeto de municípios e estados.
Um segundo motivo seria a metodologia de trabalho da Secretaria, que realizou licitações por intermédio do FNDE para aquisição de equipamentos e mobiliários de informática, beneficiando assim, um número maior de instituições.

6123 (A) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	107.661,0	107.661,0	100,0 %	71.000,0	59.889,0	84,4 %
Financeiro	4.342.269	4.342.269	100,0 %	3.324.241	2.853.671	85,8 %

Comentários:

Nacional - Instituto Nacional de Educação de Surdos - Instituto Nacional de Educação de Surdos (0001) Físico (55.067,0) Financeiro (R\$ 1.356.055)
Segundo informações prestadas pelo INES a esta Secretaria/SEESP, a capacitação sofreu contingenciamento de despesas com locomoção e diárias. Sendo assim optou-se por capacitação a distância, por meio de produção de fitas de vídeos com os mais variados temas envolvendo a área da surdez e a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
Foram produzidas 15 fitas e reproduzidas mais duas, com tiragem de 3.000(três mil) cópias cada.
Foram capacitados 4.067 (quatro mil e sessenta e sete) profissionais por meio de capacitação presencial e 51.000 (cinquenta e um mil) profissionais a distância.
Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (4.822,0) Financeiro (R\$ 1.497.616)
Neste Programa foi contingenciado o valor de R\$1.000.000,00 (Um milhão de Reais), o que resultou em não alcançarmos a meta estipulada em sua totalidade. Entretanto, deve se ressaltar ainda termos alcançado 80,36%.

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

GERENTE: IVONE MARIA ELIAS MOREYRA

Objetivo: Ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade da educação profissional

3676 (P) CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP

Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	40.572,0	36.784,0	90,7 %	7.600,0	3.584,0	47,2 %
Financeiro	33.060.670	15.893.000	48,1 %	1.000.000	1.000.000	100,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (3.584,0) Financeiro (R\$ 1.000.000)
O atendimento de apenas 47% da meta física deve-se, basicamente, às sérias dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo PROEP no presente exercício. Dos R\$ 13,0 milhões propostos originalmente para a Ação de Capacitação de Recursos Humanos, apenas R\$ 1,0 milhão foi aprovado na Lei Orçamentária do corrente ano, ou seja, houve uma redução de 92% do valor proposto. Já a meta física, por sua vez, teve uma redução de apenas 49%.
Caso a meta física tivesse sido reduzida proporcionalmente ao corte orçamentário, o atendimento da mesma seria de mais de 2.000%.
Mesmo assim, parte dos recursos foram utilizados, também, na realização do Seminário Nacional de Educação Profissional visando discutir as concepções, os problemas e as soluções para a Educação Profissional no Brasil, levando-se em conta a revisão da Política Nacional de Educação Profissional.

3681 (P) ESTUDOS E PESQUISAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS E DE MODELOS DE GESTÃO - PROEP

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

26000 Ministério da Educação

Produto:	ESTUDO REALIZADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	27,0	27,0	100,0 %	4,0	0,0	0,0 %
Financeiro	6.842.527	6.842.527	100,0 %	1.047.083	1.047.082	100,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.047.082)

Nesta ação estavam previstos os seguintes estudos: 1) Pesquisa de Atividade Econômica Regional no Estado de São Paulo, que devido a morosidade na devolução de questionários, por um grupo de empresas de grande porte, consideradas fundamentais no resultado da mesma, o que impossibilitou a Fundação Sistema Estadual de Análise de dados - SEADE, de concluir a pesquisa na data prevista. Fez-se necessário prorrogar o prazo para encerramento dos trabalhos e entrega dos resultados para janeiro de 2004, cujo recurso está sendo inscrito em Restos a Pagar para utilização no próximo exercício; 2) Sistema Nacional de Certificação Profissional, foi apresentado, pelo Governo anterior, ao CNE, Proposta para a criação do Sistema Nacional de Certificação Profissional. A partir das diretrizes da nova gestão, a citada proposta foi tornada sem efeito como projeto, sendo que outra Proposta foi elaborada adequando ao que se pretende, atualmente, em relação à certificação de competências.

Com isso, foram realizados vários eventos com os diversos órgãos envolvidos na definição desse das concepções desse sistema. Como resultado desses eventos, foi constituído uma comissão interministerial que, posteriormente, será transformada na Comissão Especial de Certificação Profissional a ser instituída por meio de Portaria Interministerial, com o objetivo de realizar audiências públicas sobre o tema.

Para tanto, está em fase final de criação a Secretaria Executiva de Certificação Profissional, com uma ação conjunta do diversos órgãos envolvidos; 3) Desenvolvimento de Modelos de Gestão, em atendimento às novas diretrizes do atual Governo Federal, com a priorização do ensino público, os estudos referentes à novos modelos de gestão não tiveram prosseguimento. Entretanto, foi realizado um Seminário Nacional de Gestão Estadual da Educação Profissional com o objetivo de mobilizar instituições e pessoas direta e indiretamente envolvidas na Gestão Estadual de Educação Profissional, com vistas ao debate de alternativas e ações na perspectiva da realização de uma política nacional e pública de expansão e desenvolvimento deste campo educacional.

Foram realizados, ainda, estudos internos acerca dos novos modelos de gestão das instituições financiadas pelo PROEP como, por exemplo: a) estudo quanto ao cumprimento da gratuidade de vagas das escolas do segmento comunitário; b) levantamento da efetivação de parcerias (Sustentabilidade); e, c) diagnósticos dos modelos de gestão adotados, atualmente, nos Centros Escolares de Educação Profissional financiados pelo PROEP.

A partir desses estudos internos, os trabalhos deverão ser retomados no exercício de 2004.

Desta forma, verifica-se que a utilização do recurso, na íntegra, justifica-se uma vez que o mesmo foi reduzido em 65%, o suficiente para as ações citadas.

2992 (A) FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Produto:	ALUNO MATRICULADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	805.263,0	685.997,0	85,2 %	204.970,0	230.734,0	112,6 %
Financeiro	1.576.243.773	1.576.243.773	100,0 %	620.642.876	612.520.051	98,7 %

Comentários:

No Estado de Rondônia - Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO - Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO (0011) Físico (352,0) Financeiro (R\$ 3.478.638)

No Estado do Amazonas - Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas - Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (0013) Físico (4.405,0) Financeiro (R\$ 15.821.119)

A Prev. Inicial apontada na LOA considerou o número de matrículas e não o número de alunos. O fato ocorreu porque um aluno do ensino médio concomitante ao ensino técnico possui duas matrículas.

No Estado do Amazonas - Escola Agrotécnica Federal de Manaus - AM - Escola Agrotécnica Federal de Manaus - AM (0013) Físico (613,0) Financeiro (R\$ 4.771.102)

No Estado do Amazonas - Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira - AM - Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira - AM (0013) Físico (286,0) Financeiro (R\$ 2.646.210)

No Estado de Roraima - Escola Técnica Federal de Roraima - Escola Técnica Federal de Roraima (0014) Físico (1.970,0) Financeiro (R\$ 8.482.659)

Redução no número de alunos em virtude de restrições orçamentárias.

No Estado do Pará - Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (0015) Físico (4.739,0) Financeiro (R\$ 21.640.378)

Previsão inicial continha alunos dos cursos básicos não contabilizados aqui.

No Estado do Pará - Universidade Federal do Pará - Universidade Federal do Pará (0015) Físico (513,0) Financeiro (R\$ 140.903)

A prev. inicial não foi informado pela escola

No Estado do Pará - Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - PA - Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - PA (0015) Físico (759,0) Financeiro (R\$ 4.515.416)

No Estado de Tocantins - Escola Técnica Federal de Palmas - Escola Técnica Federal de Palmas (0017) Físico (360,0) Financeiro (R\$ 1.497.409)

A Escola foi implantada em 2003.

No Estado de Tocantins - Escola Agrotécnica Federal de Araguatins - TO - Escola Agrotécnica Federal de Araguatins - TO (0017) Físico (852,0) Financeiro (R\$ 3.459.450)

No Estado do Maranhão - Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (0021) Físico (4.813,0) Financeiro (R\$ 551.493)

Previsão informada equivocadamente.

No Estado do Maranhão - Fundação Universidade do Maranhão - Fundação Universidade do Maranhão (0021) Físico (1.400,0) Financeiro (R\$ 221.236)

No Estado do Maranhão - Escola Agrotécnica Federal de São Luís - MA - Escola Agrotécnica Federal de São Luís - MA (0021) Físico (1.160,0) Financeiro (R\$ 4.462.120)

No Estado do Maranhão - Escola Agrotécnica Federal de Codó - MA - Escola Agrotécnica Federal de Codó - MA (0021) Físico (520,0) Financeiro (R\$ 2.187.538)

Previsão inicial constava cursos b´síco não relacionados aqui.

No Estado do Piauí - Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (0022) Físico (6.436,0) Financeiro (R\$ 14.062.281)

O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias.

No Estado do Piauí - Fundação Universidade Federal do Piauí - Fundação Universidade Federal do Piauí (0022) Físico (1.928,0) Financeiro (R\$ 1.085.294)

No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.

No Estado do Ceará - Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (0023) Físico (9.104,0) Financeiro (R\$ 22.238.115)

No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.

No Estado do Ceará - Escola Agrotécnica Federal de Crato - CE - Escola Agrotécnica Federal de Crato - CE (0023) Físico (1.315,0) Financeiro (R\$ 4.319.954)

No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.

No Estado do Ceará - Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - CE - Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - CE (0023) Físico (1.414,0) Financeiro (R\$ 5.857.434)

No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.

No Estado do Rio Grande do Norte - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (0024) Físico (9.424,0) Financeiro (R\$ 24.894.544)

O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias

No Estado do Rio Grande do Norte - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (0024) Físico (4.560,0) Financeiro (R\$ 943.503)

No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Anexo

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

No Estado da Paraíba - Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (0025)	Físico (4.383,0)		
Financeiro (R\$ 30.351.632)			
O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias			
No Estado da Paraíba - Universidade Federal de Campina Grande - Universidade Federal de Campina Grande (0025)	Físico (269,0)	Financeiro (R\$ 137.963)	
No Estado da Paraíba - Escola Agrotécnica Federal de Sousa - PB - Escola Agrotécnica Federal de Sousa - PB (0025)	Físico (1.262,0)	Financeiro (R\$ 3.848.290)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos			
No Estado de Pernambuco - Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (0026)	Físico		
(4.845,0) Financeiro (R\$ 25.272.839)			
No Estado de Pernambuco - Universidade Federal Rural de Pernambuco - Universidade Federal Rural de Pernambuco (0026)	Físico (572,0)	Financeiro (R\$ 208.741)	
No Estado de Pernambuco - Escola Agrotécnica Federal de Barreiros - PE - Escola Agrotécnica Federal de Barreiros - PE (0026)	Físico (1.151,0)	Financeiro (R\$ 4.233.246)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos			
No Estado de Pernambuco - Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim - PE - Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim - PE (0026)	Físico (1.269,0)	Financeiro (R\$ 4.519.803)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos			
No Estado de Pernambuco - Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (0026)	Físico (3.000,0)	Financeiro (R\$ 8.315.920)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos			
No Estado de Pernambuco - Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão - PE - Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão - PE (0026)	Físico		
(1.671,0) Financeiro (R\$ 4.210.035)			
No Estado de Alagoas - Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (0027)	Físico (4.993,0)	Financeiro (R\$ 26.797.431)	
O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias			
No Estado de Alagoas - Escola Agrotécnica Federal de Satuba - AL - Escola Agrotécnica Federal de Satuba - AL (0027)	Físico (916,0)	Financeiro (R\$ 4.941.321)	
O número informado deve refletir o número de matrículas e não o número de alunos.			
No Estado de Sergipe - Escola Técnica Federal de Sergipe - Escola Técnica Federal de Sergipe (0028)	Físico (2.855,0)	Financeiro (R\$ 12.302.895)	
O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias			
No Estado de Sergipe - Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE - Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (0028)	Físico (493,0)	Financeiro (R\$ 4.384.497)	
A Prev. Inicial apontada na LOA considerou o número de matrículas e não o número de alunos. O fato ocorreu porque um aluno do ensino médio concomitante ao ensino técnico possui duas matrículas.			
No Estado da Bahia - Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (0029)	Físico (5.617,0)	Financeiro (R\$ 683.386)	
Na previsão inicial não foram computados os alunos das Unidades Descentralizadas.			
No Estado da Bahia - Escola Agrotécnica Federal de Catu - BA - Escola Agrotécnica Federal de Catu - BA (0029)	Físico (928,0)	Financeiro (R\$ 4.541.281)	
No Estado da Bahia - Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira - BA - Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira - BA (0029)	Físico (2.289,0)	Financeiro (R\$ 2.974.982)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado da Bahia - Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês - BA - Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês - BA (0029)	Físico (413,0)	Financeiro (R\$ 2.554.179)	
No Estado da Bahia - Escola Agrotécnica Federal do Senhor do Bonfim - BA - Escola Agrotécnica Federal do Senhor do Bonfim - BA (0029)	Físico (1.018,0)	Financeiro (R\$ 2.722.651)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado de Minas Gerais - Escola Técnica Federal de Ouro Preto - Escola Técnica Federal de Ouro Preto (0031)	Físico (2.729,0)	Financeiro (R\$ 10.981.941)	
No Estado de Minas Gerais - Universidade Federal de Juiz de Fora - Universidade Federal de Juiz de Fora (0031)	Físico (5.269,0)	Financeiro (R\$ 470.830)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado de Minas Gerais - Universidade Federal de Minas Gerais - Universidade Federal de Minas Gerais (0031)	Físico (269,0)	Financeiro (R\$ 762.280)	
O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias. Não houve inclusão de número de alunos matriculados no realizado.			
No Estado de Minas Gerais - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (0031)	Físico (933,0)	Financeiro (R\$ 190.524)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado de Minas Gerais - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (0031)	Físico		
(4.700,0) Financeiro (R\$ 2.319.629)			
No Estado de Minas Gerais - Fundação Universidade Federal de Uberlândia - Fundação Universidade Federal de Uberlândia (0031)	Físico (225,0)	Financeiro (R\$ 206.677)	
No Estado de Minas Gerais - Fundação Universidade Federal de Viçosa - Fundação Universidade Federal de Viçosa (0031)	Físico (1.742,0)	Financeiro (R\$ 535.402)	
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de Bambui - MG - Escola Agrotécnica Federal de Bambui - MG (0031)	Físico (2.771,0)	Financeiro (R\$ 5.932.332)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MG - Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MG (0031)	Físico (4.164,0)	Financeiro (R\$ 6.867.848)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes - MG - Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes - MG (0031)	Físico (3.287,0)	Financeiro (R\$ 4.841.594)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de Januária - MG - Escola Agrotécnica Federal de Januária - MG (0031)	Físico (991,0)	Financeiro (R\$ 3.975.195)	
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de Machado - MG - Escola Agrotécnica Federal de Machado - MG (0031)	Físico (1.678,0)	Financeiro (R\$ 4.948.647)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG - Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG (0031)	Físico (841,0)	Financeiro (R\$ 4.995.056)	
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba - MG - Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba - MG (0031)	Físico (1.890,0)	Financeiro (R\$ 5.050.409)	
O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias			
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de Salinas - MG - Escola Agrotécnica Federal de Salinas - MG (0031)	Físico (2.576,0)	Financeiro (R\$ 4.346.838)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista - MG - Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista - MG (0031)	Físico		
(1.026,0) Financeiro (R\$ 4.679.590)			
O Realizado considera o número de matrículas e não o número de alunos. O fato ocorreu porque um aluno do ensino médio concomitante ao ensino técnico possui duas matrículas.			
No Estado de Minas Gerais - Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba - MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba - MG (0031)	Físico		
(1.639,0) Financeiro (R\$ 6.882.948)			
O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias			
No Estado de Minas Gerais - Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia - MG - Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia - MG (0031)	Físico (1.290,0)	Financeiro (R\$ 4.452.828)	
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.			
No Estado do Espírito Santo - Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (0032)	Físico		

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
(10.494,0) Financeiro (R\$ 20.883.242)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado do Espírito Santo - Escola Agrotécnica Federal de Alegre - ES - Escola Agrotécnica Federal de Alegre - ES (0032) Físico (2.357,0) Financeiro (R\$ 5.854.642)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado do Espírito Santo - Escola Agrotécnica Federal de Colatina - ES - Escola Agrotécnica Federal de Colatina - ES (0032) Físico (759,0) Financeiro (R\$ 4.363.914)						
O Realizado considera o número de matrículas e não o número de alunos. O fato ocorreu porque um aluno do ensino médio concomitante ao ensino técnico possui duas matrículas.						
No Estado do Espírito Santo - Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa- ES - Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa- ES (0032) Físico (1.096,0) Financeiro (R\$ 5.543.863)						
No Estado do Rio de Janeiro - Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (0033) Físico (7.866,0) Financeiro (R\$ 30.242.268)						
O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias						
No Estado do Rio de Janeiro - Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis - Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (0033) Físico (4.749,0) Financeiro (R\$ 16.400.673)						
Na previsão inicial só foi incluído o número de alunos na unidade sede						
No Estado do Rio de Janeiro - Universidade Federal Fluminense - Universidade Federal Fluminense (0033) Físico (342,0) Financeiro (R\$ 941.391)						
No realizado foi utilizado o número de alunos de 2002, pela ausência de dados neste ano.						
No Estado do Rio de Janeiro - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (0033) Físico (1.983,0) Financeiro (R\$ 511.289)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado do Rio de Janeiro - Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca" - Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca" (0033) Físico (5.233,0) Financeiro (R\$ 119.467)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado de São Paulo - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (0035) Físico (7.967,0) Financeiro (R\$ 20.541.762)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado do Paraná - Universidade Federal do Paraná - Universidade Federal do Paraná (0041) Físico (1.411,0) Financeiro (R\$ 291.885)						
No Estado de Santa Catarina - Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (0042) Físico (5.939,0) Financeiro (R\$ 26.719.704)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado de Santa Catarina - Universidade Federal de Santa Catarina - Universidade Federal de Santa Catarina (0042) Físico (1.042,0) Financeiro (R\$ 1.115.400)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado de Santa Catarina - Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - SC - Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - SC (0042) Físico (2.379,0) Financeiro (R\$ 3.901.502)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado de Santa Catarina - Escola Agrotécnica Federal de Sombrio - SC - Escola Agrotécnica Federal de Sombrio - SC (0042) Físico (1.739,0) Financeiro (R\$ 4.242.544)						
No Estado de Santa Catarina - Escola Agrotécnica Federal do Rio do Sul - SC - Escola Agrotécnica Federal do Rio do Sul - SC (0042) Físico (1.122,0) Financeiro (R\$ 4.290.814)						
No Estado do Rio Grande do Sul - Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (0043) Físico (5.580,0) Financeiro (R\$ 24.004.502)						
No Estado do Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (0043) Físico (2.267,0) Financeiro (R\$ 751.757)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado do Rio Grande do Sul - Universidade Federal de Santa Maria - Universidade Federal de Santa Maria (0043) Físico (2.274,0) Financeiro (R\$ 1.263.972)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundação Universidade do Rio Grande - Fundação Universidade do Rio Grande (0043) Físico (1.075,0) Financeiro (R\$ 344.684)						
O não cumprimento da meta inicial deve-se a restrições orçamentárias						
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundação Universidade Federal de Pelotas - Fundação Universidade Federal de Pelotas (0043) Físico (1.793,0) Financeiro (R\$ 821.514)						
A Prev. Inicial apontada na LOA considerou o número de matrículas e não o número de alunos. O fato ocorreu porque um aluno do ensino médio concomitante ao ensino técnico possui duas matrículas.						
No Estado do Rio Grande do Sul - Escola Agrotécnica Federal de Alegrete - RS - Escola Agrotécnica Federal de Alegrete - RS (0043) Físico (699,0) Financeiro (R\$ 3.340.700)						
A Prev. Inicial apontada na LOA considerou o número de matrículas e não o número de alunos. O fato ocorreu porque um aluno do ensino médio concomitante ao ensino técnico possui duas matrículas.						
No Estado do Rio Grande do Sul - Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (0043) Físico (794,0) Financeiro (R\$ 4.816.648)						
No Estado do Rio Grande do Sul - Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul - RS - Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul - RS (0043) Físico (1.342,0) Financeiro (R\$ 4.796.178)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado do Rio Grande do Sul - Escola Agrotécnica Federal de Sertão - RS - Escola Agrotécnica Federal de Sertão - RS (0043) Físico (1.491,0) Financeiro (R\$ 3.991.336)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado do Mato Grosso - Centro Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso - Centro Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso (0051) Físico (5.146,0) Financeiro (R\$ 14.797.367)						
O Realizado considera o número de matrículas e não o número de alunos. O fato ocorreu porque um aluno do ensino médio concomitante ao ensino técnico possui duas matrículas.						
No Estado do Mato Grosso - Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - MT - Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - MT (0051) Físico (1.347,0) Financeiro (R\$ 3.721.886)						
O Realizado considera o número de matrículas e não o número de alunos. O fato ocorreu porque um aluno do ensino médio concomitante ao ensino técnico possui duas matrículas.						
No Estado do Mato Grosso - Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá - MT - Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá - MT (0051) Físico (1.622,0) Financeiro (R\$ 4.721.843)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado de Goiás - Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (0052) Físico (5.295,0) Financeiro (R\$ 22.381.276)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado de Goiás - Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde - GO - Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde - GO (0052) Físico (4.646,0) Financeiro (R\$ 4.415.113)						
No realizado estão incluídos o número de alunos matriculados nos cursos básicos.						
No Estado de Goiás - Centro Federal de Educação Tecnológica de Uruaí - GO - Centro Federal de Educação Tecnológica de Uruaí - GO (0052) Físico (3.458,0) Financeiro (R\$ 5.286.976)						
No Estado de Goiás - Escola Agrotécnica Federal de Ceres - GO - Escola Agrotécnica Federal de Ceres - GO (0052) Físico (569,0) Financeiro (R\$ 3.461.258)						
No Município de João Pessoa - PB - Universidade Federal da Paraíba - Universidade Federal da Paraíba (0183) Físico (257,0) Financeiro (R\$ 158.975)						
No Município de Bananeiras - PB - Universidade Federal da Paraíba - Universidade Federal da Paraíba (0185) Físico (1.714,0) Financeiro (R\$ 761.250)						

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

7109 (P) IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP

Produto: CENTRO IMPLANTADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	113,0	113,0	100,0 %	107,0	7,0	6,5 %
Financeiro	218.145.594	218.145.594	100,0 %	64.800.000	62.749.962	96,8 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (7,0) Financeiro (R\$ 62.749.962)
Esta Ação Orçamentária prevê recursos exclusivamente para investimentos em Centros de Educação Profissional, no âmbito do PROEP, com inversões principalmente em obras e equipamentos para os laboratórios dos mesmos.
A proposta orçamentária inicial foi de R\$ 198 milhões, tendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP encaminhado ao Congresso o valor de R\$ 133 milhões e, no entanto, o resultado final foi a aprovação de somente R\$ 62,7 milhões. Todavia, parte dos recursos (R\$ 14,8 milhões) foi contingenciada por tratar-se de créditos aprovados por Emenda Parlamentar, e outra parte, aproximadamente R\$ 8,8 milhões, foi bloqueada por conta do limite estabelecido no Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003. Desta forma, os recursos destinados à execução de projetos foram reduzidos para R\$ 42,6 milhões, até o início do mês de novembro, quando houve a liberação dos recursos bloqueados e contingenciados.
A redução, nesta Ação, foi da ordem de 67% em relação ao valor solicitado originalmente, obrigando à UCP a realizar estudos detalhados do status de cada um dos projetos em execução, a fim de priorizar os investimentos naqueles que tinham estágios de obras adiantados ou naqueles cujo início das atividades escolares dependia da aquisição de equipamentos. Assim, do Orçamento Disponível 2003, foi possível atender apenas 121 Projetos Escolares (desse total, 84 são obras), sendo que outros 111 Projetos não receberam recursos.
Além do mais, dos 105 convênios assinados em 2002, dada a falta de recursos para dar andamento, e havendo impedimentos em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal, 103 deles foram cancelados ou suspensos.
Somou-se à redução do Orçamento o fato de que o parceiro do MEC na composição da contrapartida nacional, o FAT/MTE, alocou apenas R\$ 250 mil reais em seu orçamento de 2003, os quais não chegaram a ser liberados para utilização.
Outro fator a ser considerado diz respeito à meta que estava fixada para esta Ação. Na proposta do PROEP era de implantação de 130 Centros no presente exercício, na LOA aprovada, a mesma foi reduzida para 107 Centros. Ora, se os recursos necessários para a implantação de 130 Centros era de R\$ 198 milhões, e os mesmos foram reduzidos para R\$ 62,7 milhões, na proporção de 67%, o lógico seria que a meta física fosse reduzida nesta mesma base, reduzindo-a para 43 Centros.
Diante deste cenário, foi possível a implantação de 7 Centros, correspondendo 7% do que ficou estabelecido na LOA/2003, mas há de considerar-se que outros 114 projetos receberam recursos suficientes para que suas obras não parassem e, assim, não causasse prejuízo à Administração Pública.
Outra questão importante, com impacto nesta Ação, foi o Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a compatibilização da receita e a execução da despesa do Poder Executivo, limitou a movimentação e empenho, e os pagamentos relativos a dotações constantes da Lei Orçamentária para 2003, que estabeleceu o limite financeiro igual ao orçamentário, para pagamento tanto da quota anual de orçamento empenhado, quanto ao montante de Restos a Pagar do ano anterior, da seguinte forma:

Recursos Financeiros Disponíveis ao final de 2003 R\$ 72,3 milhões

Pagto. de RAP/2002 (MEC/BID) R\$ 30,0 milhões

Saldo para pgto. Orçamento 2003 R\$ 42,3 milhões

Saldo para Inscrição em RAP/2003 R\$ 30,0 milhões -

3685 (P) IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP

Produto: PROJETO IMPLEMENTADO

Unidade de Medida:

% DE EXECUCAO FISICA

Físico	99,7	96,6	96,9 %	10,0	10,0	100,0 %
Financeiro	508.382.924	100.128.674	19,7 %	6.000.000	5.947.101	99,1 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (10,0) Financeiro (R\$ 5.947.101)
100% de execução física, com 99,1% de execução financeira.

3049 (P) INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Produto: CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	283,0	103,0	36,4 %	37,0	35,0	94,6 %
Financeiro	64.019.747	64.019.747	100,0 %	3.200.300	2.797.602	87,4 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (35,0) Financeiro (R\$ 2.797.602)

0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

GERENTE: JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE

Objetivo: Ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino de graduação

0579 (OE) CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO GRATUITO

Produto: ESTUDANTE FINANCIADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	640.000,0	532.590,0	83,2 %	352.238,0	0,0	0,0 %
Financeiro	5.112.311.614	2.597.025.160	50,8 %	676.713.827	676.713.546	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 676.713.546)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

26000 Ministério da Educação

4009 (A) FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Produto: ALUNO MATRICULADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	14.333.426,0	1.095.473,0	7,6 %	568.859,0	0,0	0,0 %
Financeiro	15.358.371.435	15.358.371.435	100,0 %	5.807.830.342	5.789.104.005	99,7 %

Comentários:

Aquisição de micro-ônibus para o Campus da Unir - Ariquemes - RO - Fundação Universidade Federal de Rondônia (0008) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 70.000)
No Estado de Rondônia - Fundação Universidade Federal de Rondônia - Fundação Universidade Federal de Rondônia (0011) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 29.032.731)
No Estado do Acre - Fundação Universidade Federal do Acre - Fundação Universidade Federal do Acre (0012) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 41.260.900)
No Estado do Amazonas - Fundação Universidade do Amazonas - Fundação Universidade do Amazonas (0013) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 89.538.960)
No Estado de Roraima - Fundação Universidade Federal de Roraima - Fundação Universidade Federal de Roraima (0014) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 23.001.455)
No Estado do Pará - Universidade Federal do Pará - Universidade Federal do Pará (0015) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 171.486.521)
No Estado do Pará - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (0015) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 21.785.477)
No Estado do Amapá - Fundação Universidade Federal do Amapá - Fundação Universidade Federal do Amapá (0016) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 11.668.959)
No Estado de Tocantins - Fundação Universidade Federal do Tocantins - Fundação Universidade Federal do Tocantins (0017) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 13.732.302)
No Estado do Maranhão - Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (0021) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 22.455.137)
No Estado do Maranhão - Fundação Universidade do Maranhão - Fundação Universidade do Maranhão (0021) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 88.563.124)
No Estado do Piauí - Fundação Universidade Federal do Piauí - Fundação Universidade Federal do Piauí (0022) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 87.493.813)
No Estado do Ceará - Universidade Federal do Ceará - Universidade Federal do Ceará (0023) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 202.519.490)
No Estado do Rio Grande do Norte - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (0024) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 189.600.058)
No Estado do Rio Grande do Norte - Escola Superior de Agricultura de Mossoró - Escola Superior de Agricultura de Mossoró (0024) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 18.263.047)
No Estado da Paraíba - Universidade Federal de Campina Grande - Universidade Federal de Campina Grande (0025) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 71.959.258)
No Estado de Pernambuco - Universidade Federal de Pernambuco - Universidade Federal de Pernambuco (0026) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 190.225.432)
No Estado de Pernambuco - Universidade Federal Rural de Pernambuco - Universidade Federal Rural de Pernambuco (0026) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 51.039.851)
No Estado de Alagoas - Universidade Federal de Alagoas - Universidade Federal de Alagoas (0027) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.731.780)
No Estado de Sergipe - Fundação Universidade Federal de Sergipe - Fundação Universidade Federal de Sergipe (0028) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 61.930.698)
No Estado da Bahia - Universidade Federal da Bahia - Universidade Federal da Bahia (0029) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 203.556.673)
No Estado da Bahia - Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (0029) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 28.047.967)
No Estado de Minas Gerais - Universidade Federal de Juiz de Fora - Universidade Federal de Juiz de Fora (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 88.781.567)
No Estado de Minas Gerais - Universidade Federal de Minas Gerais - Universidade Federal de Minas Gerais (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 278.216.319)
No Estado de Minas Gerais - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 47.082.251)
No Estado de Minas Gerais - Faculdades Federais Integradas de Diamantina - FAFEID - Faculdades Federais Integradas de Diamantina - FAFEID (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 7.193.141)
No Estado de Minas Gerais - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 35.059.868)
No Estado de Minas Gerais - Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 12.574.204)
No Estado de Minas Gerais - Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 20.071.075)
No Estado de Minas Gerais - Universidade Federal de Lavras - Universidade Federal de Lavras (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 36.401.459)
No Estado de Minas Gerais - Fundação Universidade Federal de Uberlândia - Fundação Universidade Federal de Uberlândia (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 171.208.593)
No Estado de Minas Gerais - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 42.983.103)
No Estado de Minas Gerais - Fundação Universidade Federal de Viçosa - Fundação Universidade Federal de Viçosa (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 115.201.064)
No Estado de Minas Gerais - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 18.315.388)
No Estado do Espírito Santo - Universidade Federal do Espírito Santo - Universidade Federal do Espírito Santo (0032) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 108.229.449)
No Estado do Rio de Janeiro - Universidade Federal Fluminense - Universidade Federal Fluminense (0033) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 253.695.949)
No Estado do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro (0033) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 571.045.727)
No Estado do Rio de Janeiro - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (0033) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 74.529.219)
No Estado do Rio de Janeiro - Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca" - Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca" (0033) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 30.876.553)
No Estado do Rio de Janeiro - Fundação Universidade do Rio de Janeiro - Fundação Universidade do Rio de Janeiro (0033) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 56.780.964)
No Estado de São Paulo - Universidade Federal de São Paulo - Universidade Federal de São Paulo (0035) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 126.411.501)
No Estado de São Paulo - Fundação Universidade Federal de São Carlos - Fundação Universidade Federal de São Carlos (0035) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 65.621.720)
No Estado do Paraná - Universidade Federal do Paraná - Universidade Federal do Paraná (0041) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 194.578.240)
No Estado do Paraná - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (0041) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 70.365.675)
No Estado de Santa Catarina - Universidade Federal de Santa Catarina - Universidade Federal de Santa Catarina (0042) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 234.350.341)
No Estado do Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (0043) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 227.638.154)
No Estado do Rio Grande do Sul - Universidade Federal de Santa Maria - Universidade Federal de Santa Maria (0043) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 153.692.782)
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundação Universidade do Rio Grande - Fundação Universidade do Rio Grande (0043) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 72.501.888)
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundação Universidade Federal de Pelotas - Fundação Universidade Federal de Pelotas (0043) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 81.423.223)
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre - Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (0043) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 9.715.213)
No Estado do Mato Grosso - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (0051) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 118.397.889)
No Estado de Goiás - Universidade Federal de Goiás - Universidade Federal de Goiás (0052) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 132.499.268)
No Distrito Federal - Fundação Universidade de Brasília (0053) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 291.857.008)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

No Estado do Mato Grosso do Sul - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (0054) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 122.872.234)
No Município de Areia - PB - Universidade Federal da Paraíba - Universidade Federal da Paraíba (0113) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 5.463.940)
No Município de Bananeiras - PB - Universidade Federal da Paraíba - Universidade Federal da Paraíba (0115) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 2.919.663)
No Município de João Pessoa - PB - Universidade Federal da Paraíba - Universidade Federal da Paraíba (0121) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 192.585.740)

0527 (OE) INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE NA GESTÃO, POR RESULTADOS, DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Produto: INSTITUCAO APOIADA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	196,0	80,0	40,8 %	40,0	40,0	100,0 %
Financeiro	140.311.512	47.845.934	34,1 %	18.705.993	18.363.238	98,2 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (40,0) Financeiro (R\$ 18.363.238)
A execução dessa ação permitiu à SESu apoiar as IFES, por meio de convênios, sendo R\$ 15,1 milhões destinados a despesas correntes e R\$ 3,5 milhões para investimentos. Foi autorizado um crédito suplementar para a Universidade Federal de Pelotas no valor de R\$ 1,4 milhão para quitação de imóvel.

0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

GERENTE:

Objetivo: Formar recursos humanos, em nível de pós-graduação, no País e no exterior

2317 (A) AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

Produto: VOLUME ADQUIRIDO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	1.800.213,0	21.432,0	1,2 %	9.078,0	9.700,0	106,9 %
Financeiro	121.568.261	121.568.261	100,0 %	56.017.032	54.857.052	97,9 %

Comentários:

Nacional - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (0001)
Físico (9.700,0) Financeiro (R\$ 54.857.052)

4011 (A) AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Produto: PROGRAMA AVALIADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	6.244,0	6.244,0	100,0 %	1.820,0	1.752,0	96,3 %
Financeiro	15.821.624	14.639.926	92,5 %	3.940.063	3.441.625	87,3 %

Comentários:

Nacional - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (0001)
Físico (1.752,0) Financeiro (R\$ 3.441.625)

0487 (OE) CONCESSÃO DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS E NO EXTERIOR

Produto: BOLSISTA ATENDIDO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	114.408,0	95.909,0	83,8 %	24.995,0	25.547,0	102,2 %
Financeiro	1.844.263.926	1.672.326.597	90,7 %	440.645.275	437.116.484	99,2 %

Comentários:

Nacional - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (0001)
Físico (25.547,0) Financeiro (R\$ 437.116.484)

0485 (OE) FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	1.498,0	1.498,0	100,0 %	334,0	476,0	142,5 %
Financeiro	91.944.511	84.436.555	91,8 %	22.791.254	20.332.042	89,2 %

Comentários:

Nacional - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (0001)
Físico (475,0) Financeiro (R\$ 19.862.042)
Houve um remanejamento de orçamento em valores diferenciados que permitiram atender a um número maior de instituições.
Apoio a Formação de Especialistas em Ciências Políticas e Administrações Públicas no Estado de Pernambuco - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (0004) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 470.000)

4005 (A) FUNCIONAMENTO DA RESIDÊNCIA MÉDICA

Produto: MEDICO RESIDENTE MANTIDO

Unidade de Medida:

UNIDADE

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

Físico	15.065,0	15.065,0	100,0 %	4.012,0	3.838,0	95,7 %
Financeiro	261.212.438	261.212.438	100,0 %	81.324.580	78.295.679	96,3 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (3.826,0) Financeiro (R\$ 78.082.415)
No Estado do Rio de Janeiro - Instituto Benjamin Constant - Instituto Benjamin Constant (0033) Físico (12,0) Financeiro (R\$ 213.264)

0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

GERENTE: MARISE NOGUEIRA RAMOS

Objetivo: Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio e promover a melhoria de sua qualidade

5371 (P) ACESSO À UNIVERSIDADE DE GRUPOS SOCIALMENTE DESFAVORECIDOS

Produto: ALUNO BENEFICIADO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	3.595,0	3.595,0	100,0 %	3.001,0	3.595,0	119,8 %
Financeiro	7.455.464	7.455.464	100,0 %	5.080.000	4.455.464	87,7 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (3.595,0) Financeiro (R\$ 4.455.464)

3677 (P) CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED

Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	330.780,0	330.780,0	100,0 %	79.000,0	79.000,0	100,0 %
Financeiro	26.220.578	26.220.578	100,0 %	3.000.000	3.000.000	100,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (79.000,0) Financeiro (R\$ 3.000.000)

3680 (P) ESTUDOS E PESQUISAS PARA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED

Produto: ESTUDO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	477,0	87,0	18,2 %	42,0	42,0	100,0 %
Financeiro	12.116.518	12.116.518	100,0 %	3.155.000	3.155.000	100,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (42,0) Financeiro (R\$ 3.155.000)

3682 (P) EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR - PROMED

Produto: ESCOLA ATENDIDA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	16.230,0	16.230,0	100,0 %	10.240,0	9.733,0	95,0 %
Financeiro	425.184.933	139.803.839	32,9 %	50.813.089	11.162.048	22,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (9.733,0) Financeiro (R\$ 11.162.048)
A meta estabelecida de 10.240 escolas a serem atendidas, não foi atingida em sua totalidade considerando-se a execução de restos a pagar de 2002, o que resultou no baixo desempenho da execução orçamentária do exercício de 2003.

3686 (P) IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO - PROMED

Produto: PROJETO IMPLEMENTADO Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA

Físico	100,0	53,0	52,0 %	20,0	15,0	75,0 %
Financeiro	43.916.824	17.192.611	39,1 %	6.752.911	4.297.023	63,6 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (15,0) Financeiro (R\$ 4.297.023)
No exercício de 2003, foi priorizado a execução de restos a pagar. O acompanhamento da implementação do programa voltou-se inteiramente para as ações de procedimentos licitatórios. Daí, o baixo índice dos gastos e o alto índice dos resultados licitatórios, permitindo a aplicação do maior volume de recursos de RAP na expansão e melhoria do Ensino Médio.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

GERENTE: MARIA AUXILIADORA LOPES

Objetivo: Contribuir para a educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria

3842 (P) ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - INCENTIVO DA UNIÃO PARA OS ALFABETIZADORES

Produto:

Unidade de Medida:

Ação não possui dados físicos

Físico

Financeiro

96.333.437

96.333.437

100,0 %

98.700.000

96.333.437

97,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico () Financeiro (R\$ 96.333.437)

0507 (OE) FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS

Produto:

ALUNO MATRICULADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico

362.513,0

170.361,0

47,0 %

92.252,0

0,0

0,0 %

Financeiro

108.968.079

108.968.079

100,0 %

80.605.495

72.256.538

89,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 72.256.538)
Com o objetivo de alfabetizar três milhões de jovens e adultos foi criada, no Ministério da Educação, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. Autorizada a criação pela Lei nº 10.693, a Secretaria Extraordinária foi regulamentada pelo Decreto nº 4.791/2003.

Em razão do Alinhamento Estratégico realizado pelo Ministério da Educação em 2003, os recursos da ação Fomento a Projeto Especiais para a oferta de Ensino Fundamental a Jovens e Adultos foram remanejados para a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo e destinados ao Programa Brasil Alfabetizado, cuja ação governamental previa a alfabetização de 3 milhões de jovens e adultos não escolarizados na idade própria,

Para o desenvolvimento da ação o apoio financeiro do Governo Federal, por meio Ministério da Educação aos Estados, Distrito Federal, Municípios, Universidades e Organizações Não-Governamentais, ocorreu por demanda e atendeu aos critérios estabelecidos nas Resoluções nº 18 e 46 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

O apoio financeiro foi solicitado mediante a apresentação de plano de trabalho que, conforme as normas, podiam contemplar até duas ações: Alfabetização de Jovens e Adultos e Capacitação de Alfabetizadores.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou, na ação Fomento a Projetos Especiais, recursos na ordem de R\$ 99.000.000,00. A dotação inicial foi reduzida para R\$ 75.235.495,00 (Lei + Créditos). Para o desenvolvimento do Programa Brasil Alfabetizado, além dos recursos da operação especial 0507, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, órgão gestor do Programa Brasil Alfabetizado recebeu, por meio de Créditos Especiais (Lei 10.756/2003), aporte de recursos no valor de R\$ 98.700.000 na ação 3842 – Alfabetização de Jovens e Adultos – incentivo da União para os Alfabetizadores e R\$ 1.300.000,00 na ação 3844 – Capacitação de Alfabetizadores.

Dados da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo indicam que os convênios realizados com os recursos financeiros do Governo Federal possibilitaram o atendimento de 1.962.996 alfabetizandos. Com as parcerias realizadas e sem aporte financeiro do MEC 1.173.309 jovens e adultos estão sendo alfabetizados. São iniciativas de empresas privadas e do setor público estadual e municipal, com recursos próprios.

4397 (A) FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS

Produto:

PROFESSOR CAPACITADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico

107.725,0

82.000,0

76,1 %

30.215,0

17.828,0

59,0 %

Financeiro

48.476.548

33.175.686

68,4 %

8.000.000

6.210.930

77,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (17.828,0) Financeiro (R\$ 6.210.930)
Para o desenvolvimento da atividade Formação Continuada de Professores o apoio financeiro do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Organizações Não-Governamentais, ocorre por demanda e, em 2003, atendeu aos critérios estabelecidos nas resoluções nº 12 e nº 13 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e alterações. Com base nessas normas poderiam pleitear recursos os municípios das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e os municípios de Manaus e Macapá, não beneficiados pelo Programa Fazendo Escola, e as Organizações Não-Governamentais que, comprovadamente, atuam em municípios com IDH menor ou igual a 0,670 ou em áreas periféricas (bolsões de pobreza). O apoio financeiro foi solicitado mediante a apresentação de plano de trabalho que, conforme a norma, podia contemplar até duas ações: formação continuada de professores e aquisição e ou impressão de material didático. Foram cadastrados projetos de 527 instituições, desse total 134 entidades celebraram convênios. Os recursos destinados à formação continuada de docentes, cerca de R\$ 6 milhões, possibilitaram o atendimento a 7 Secretarias Estaduais de Educação, 116 Prefeituras Municipais e 7 Organizações Não-Governamentais.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou à atividade Formação Continuada de Professores recursos na ordem de R\$ 15.000.000,00. A dotação inicial foi reduzida para R\$ 7.800.000,00 (Lei + Créditos). No período de formulação e celebração dos convênios, a atividade foi atingida por um contingenciamento de R\$ 2.000.000,00. Esses recursos foram liberados na segunda quinzena de dezembro de 2003. Para atender a demanda de projetos aprovados e as instituições habilitadas foram aportados recursos financeiros da ação Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental no valor de R\$ 2.354.294,55, vez que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade do ensino fundamental. Questões orçamentárias e financeiras interferiram na execução da ação, que foi prejudicada ainda pela falta de habilitação de algumas instituições proponentes no período destinado ao empenho. Por essas razões apenas 65,31% dos recursos da atividade Formação Continuada de Professores foram aplicados.

A execução física, conforme o Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais – SAPE, demonstra que foram beneficiados com a formação continuada 17.828 docentes. Com os profissionais capacitados serão beneficiados, com uma melhor ação pedagógica, cerca de 3.635.920 alunos que estão cursando o

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.000

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

O custo médio do professor capacitado é de R\$ 500,00. Algumas instituições realizaram a capacitação com custos mais reduzidos, razão pela qual a meta física inicialmente programada foi superada.

0081 (OE) GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO)

Produto:	ALUNO MATRICULADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	3.198.046,0	3.198.046,0	100,0 %	1.359.008,0	1.842.386,0	135,6 %
Financeiro	792.076.983	792.076.983	100,0 %	321.023.297	298.325.423	92,9 %

Comentários:

No Estado de Rondônia - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0011) Físico (43.745,0) Financeiro (R\$ 8.205.021)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado do Acre - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0012) Físico (36.996,0) Financeiro (R\$ 5.944.225)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Anexo

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0013) Físico (32.699,0) Financeiro (R\$ 6.287.780)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado de Roraima - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0014) Físico (13.222,0) Financeiro (R\$ 881.919)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Anexo

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado do Pará - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0015) Físico (252.389,0) Financeiro (R\$ 40.599,784)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado do Amapá - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0016) Físico (379,0) Financeiro (R\$ 104,875)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

26000 Ministério da Educação

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado de Tocantins - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0017) Físico (46.746,0) Financeiro (R\$ 10.507.477)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado do Maranhão - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0021) Físico (164.215,0) Financeiro (R\$ 35.229.557)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado do Piauí - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0022) Físico (112.067,0) Financeiro (R\$ 27.459.337)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado do Ceará - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0023) Físico (161.425,0) Financeiro (R\$ 31.468.492)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
-----------	-------------------	---------------------------	---------	-------------------------	--------------------	---------

26000 Ministério da Educação

SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado do Rio Grande do Norte - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0024) Físico (533.124,0) Financeiro (R\$ 19.713.302)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado da Paraíba - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0025) Físico (91.335,0) Financeiro (R\$ 22.461.573)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Anexo

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

No Estado de Pernambuco - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0026) Físico (139.953,0) Financeiro (R\$ 37.488.296)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado de Alagoas - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0027) Físico (88.439,0) Financeiro (R\$ 20.546.386)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistema estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado de Sergipe - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0028) Físico (26.164,0) Financeiro (R\$ 8.371.621)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Anexo

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

26000 Ministério da Educação

financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A Região Nordeste apresentou o maior percentual de crescimento (40%), passando de 1.095.467 alunos em 2002 para 1.538.463 em 2003.

Em 2003, aumentou em 425 o número de municípios atendidos pela ação. Nas redes estaduais de ensino participaram do programa 1.107 municípios em 2003, com crescimento de 12,9% em relação a 2002, quando 980 municípios foram atendidos. Nas redes municipais de ensino em 2002 foram atendidos 1.534 municípios e, em 2003, 1.859, ou seja, houve um acréscimo de 21,2% em relação àquele ano.

Pelas análises dos dados apresentados, pode-se inferir que a ação do Governo Federal, por meio da Operação Especial Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de jovens e adultos, tem contribuído para o aumento da matrícula nessa modalidade de ensino.

Os recursos foram repassados mensalmente aos estados e aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de crédito automático do valor devido às instituições parceiras. O apoio financeiro foi calculado tendo por base o custo de R\$ 250,00 ao ano por aluno matriculado em curso presencial com avaliação no processo, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC em 2002.

Os dados relativos à execução físico-financeira encontram-se em fase de levantamento e produção de planilhas, vez que, por falta de recursos financeiros, houve interrupção no repasse para os Estados da Bahia, Paraíba, do Piauí, Paraná e de Goiás. Por meio de crédito adicional (Lei 10.761/2003 e Lei 10.749/2003) foram regularizados os repasses para Tocantins, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás além dos Estados já referidos.

Conforme constante da Resolução nº 5/CD/FNDE/2003, os saldos dos recursos financeiros do exercício de 2002, reprogramados para o exercício seguinte, que excederam dois duodécimos do valor inicialmente previsto para o Órgão Executor em 2003, foram deduzidos em parcelas mensais dos valores repassados no ano.

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Assistência a Programas Educacionais- SAPE/FNDE (base de dados das metas físicas) há diferença entre o valor per capita (aluno/ano) previsto (R\$ 250,00) e aquele alcançado quando se divide o valor da execução financeira realizada pela meta física realizada, vez que o Sistema SAPE não foi ajustado para contabilizar os recursos reprogramados em 2002 para 2003 e deduzi-los dos valores transferidos para cada Órgão Executor em 2003, conforme previsto na Resolução nº 5/CD/FNDE.

No Estado da Bahia - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0029) Físico (79.961,0) Financeiro (R\$ 18.566.581)

A ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos foi implantada em 2001, com o objetivo de assegurar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das Regiões Norte e Nordeste e 389 Municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,500. A ação governamental visa o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, como forma de reduzir as atuais taxas de analfabetismo do País, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde, segundo os dados do IBGE, concentram-se as maiores taxas de analfabetismo.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou para a ação Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos recursos na ordem de R\$ 387.251.000,00. Dotação final Lei + Créditos totalizaram R\$ 321.023.297,00.

Em 2003 a ação foi regulamentada pela Resolução nº 5/CD/FNDE de 02/04/2003 e pela Res. 28/CD/FNDE de 04/09/2003. O atendimento previsto pela norma contemplou 2.966 municípios, sendo 1107 com matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas estaduais de ensino e 1.859 com matrícula na Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de ensino.

Conforme o Censo Escolar do INEP, a matrícula total na modalidade educação de jovens e adultos cresceu consideravelmente nos últimos três anos. Segundo o Censo Escolar 2003, o crescimento da matrícula da educação de jovens e adultos – ensino fundamental presencial com avaliação no processo - em relação ao Censo Escolar de 2002 foi de 19% . A R

2335 (A) MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Produto:	ALUNO BENEFICIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	4.609.148,0	4.609.148,0	100,0 %	500.000,0	3.548.221,0	709,6 %
Financeiro	33.880.273	27.217.053	80,3 %	6.000.000	5.998.511	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (3.548.221,0) Financeiro (R\$ 5.998.511)

Para o desenvolvimento da atividade Material Didático o apoio financeiro do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Organizações Não-Governamentais, ocorre por demanda e, em 2003, atendeu aos critérios estabelecidos nas resoluções nº 12 e nº 13 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e alterações. Com base nessas normas poderiam pleitear recursos os municípios das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e os municípios de Manaus e Macapá, não beneficiados pelo Programa Fazendo Escola, e as Organizações Não-Governamentais que, comprovadamente, atuam em municípios com IDH menor ou igual a 0,670 ou em áreas periféricas (bolsões de pobreza). O apoio financeiro foi solicitado mediante a apresentação de plano de trabalho que, conforme a norma, podia contemplar uma única ação desdobrada em aquisição e ou impressão de material didático. Foram cadastrados projetos de 527 instituições, desse total 134 entidades celebraram convênios. Os projeto cadastrados e os convênios realizados não se referem apenas à ação material didático, vez que o projeto apresentado pelo proponente pode conter duas ações: formação continuada e material didático. Os recursos destinados à aquisição e/ou impressão, cerca de R\$ 6 milhões, possibilitaram o atendimento a 7 Secretarias Estaduais de Educação, 116 Prefeituras Municipais e 7 Organizações Não-Governamentais.

A Lei Orçamentária Anual para 2003 destinou à atividade Material Didático recursos na ordem de R\$ 10.000.000,00. A dotação inicial foi reduzida para R\$ 6.000.000,00.(Lei + Créditos). Para atender a demanda de projetos aprovados e as instituições habilitadas foram aportados recursos financeiros da ação Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental no valor de R\$ 2.183.702,81, vez que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade do ensino fundamental. Questões orçamentárias e financeiras interferiram na execução da ação, que foi prejudicada ainda pela falta de habilitação de algumas instituições proponentes no período destinado ao empenho. Por essas razões apenas 56,80% dos recursos da atividade Material Didático foram aplicados.

A execução física, conforme o Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais – SAPE, demonstra que foram beneficiados com a ação Material FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

Didático cerca de 3.548.221 alunos. O material adquirido e/ou impresso possibilita um melhor ensino aprendizagem aos alunos que estão cursando o ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Na execução da ação, as instituições proponentes, tendo em vista o elevado número de alunos contemplados com o material, conseguem custos menores que os previstos nos parâmetros utilizados na programação.

O elevado percentual de execução física (709%) justifica-se pelo convênio realizado com uma Organização Não-Governamental que está trabalhando na produção de material didático adequado e específico a jovens e adultos em processo de escolarização para beneficiar cerca de 3 milhões de alunos de EJA.

0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS

GERENTE: PEDRO CRISÓSTOMO ROSÁRIO

Objetivo: Melhorar a qualidade do ensino fundamental

4088 (A) CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Produto: ALUNO BENEFICIADO Unidade de Medida: MILHAR

Físico	239,0	239,0	100,0 %	11,0	28,0	255,0 %
Financeiro	57.413.669	9.477.025	16,5 %	1.500.000	1.477.044	98,5 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (28,0) Financeiro (R\$ 1.477.044)
Foram empenhados R\$ 2.760.831,03 e liquidados R\$ 2.128.986,91 com utilização de recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

7619 (P) EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO DE APOIO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E AO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO Unidade de Medida: MILHAR

Físico	29.535,0	16.566,0	56,1 %	5.225,0	5.225,0	100,0 %
Financeiro	21.685.500	15.355.433	70,8 %	4.681.112	4.681.113	100,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (5.225,0) Financeiro (R\$ 4.681.113)
A SEED informou a utilização total dos recursos.

2337 (A) FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Produto: PROFESSOR CAPACITADO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	44.878,0	44.878,0	100,0 %	23.913,0	20.569,0	86,0 %
Financeiro	18.299.800	18.299.800	100,0 %	6.000.000	5.999.924	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (20.569,0) Financeiro (R\$ 5.999.924)
Foram empenhados R\$8.616.514,94 e liquidados R\$6.387.169,26 com utilização de recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

3697 (P) IMPLEMENTAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Produto: UNIDADE EQUIPADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	5.030,0	3.058,0	60,8 %	1.092,0	1.092,0	100,0 %
Financeiro	115.804.245	115.804.245	100,0 %	56.500.000	53.814.570	95,2 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (1.092,0) Financeiro (R\$ 53.814.570)
A SEED informou que foram empenhados e liquidados R\$44.746.219,22.

4050 (A) VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Produto: PROGRAMA VEICULADO Unidade de Medida: MINUTO

Físico	1.274.388,0	831.838,0	65,3 %	280.080,0	280.080,0	100,0 %
Financeiro	35.944.245	31.022.696	86,3 %	10.446.900	10.393.110	99,5 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0001) Físico (280.080,0) Financeiro (R\$ 10.393.110)
A SEED informou que o valor total disponível para a ação já se encontra empenhado e liquidado.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

26000 Ministério da Educação

0048 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

GERENTE: SOLANGE MARIA DE FÁTIMA GOMES
PAIVA CASTRO

Objetivo: Subsidiar a formulação de políticas na área educacional por meio do desenvolvimento de sistemas estatísticos de avaliação e de estudos e pesquisas educacionais

4465 (A) AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Produto:	CURSO AVALIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	3.597,0	3.597,0	100,0 %	1.900,0	1.697,0	89,3 %
Financeiro	16.594.546	16.594.546	100,0 %	17.988.053	7.135.265	39,7 %

Comentários:

Nacional - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (0001)
Físico (1.697,0) Financeiro (R\$ 7.135.265)
O valor definido na LOA deveu-se a previsão de 3.084 avaliações para serem realizadas, em função do nº de cursos autorizados de 1999 a 2001. Efetivamente, a SESu repassou ao INEP 2.284 solicitações de avaliação, das quais foram realizadas 1.697, priorizando aquelas cursos estariam formando turmas no ano de 2003. Dessas, cerca de 500 avaliações que ainda não tinham sido liquidadas, tiveram seus empenhos cancelados por força do limite imposto ao INEP para RAP não processados.

4000 (A) DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E DISSEMINAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

Produto:	ESTUDO/ESTATÍSTICA DISSEMINADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	280,0	280,0	100,0 %	85,0	85,0	100,0 %
Financeiro	27.001.958	19.989.299	74,0 %	4.800.000	4.602.237	95,9 %

Comentários:

Nacional - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (0001)
Físico (85,0) Financeiro (R\$ 4.602.237)

4016 (A) EXAME NACIONAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - PROVÃO

Produto:	CURSO AVALIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	94,0	88,0	93,6 %	26,0	26,0	100,0 %
Financeiro	88.156.435	88.156.435	100,0 %	28.136.925	27.469.388	97,6 %

Comentários:

Nacional - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (0001)
Físico (26,0) Financeiro (R\$ 27.469.388)
Em 2003 foram incrementadas duas novas áreas participantes: Fonoaudiologia e Geografia.

4017 (A) EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM

Produto:	ALUNO AVALIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	4.513.218,0	4.513.218,0	100,0 %	1.500.000,0	1.322.644,0	88,2 %
Financeiro	175.778.688	175.778.688	100,0 %	63.480.607	50.246.411	79,2 %

Comentários:

Nacional - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (0001)
Físico (1.322.644,0) Financeiro (R\$ 50.246.411)
Através da adequação das atividades previstas inicialmente para realizar a ação, foi possível reduzir o valor financeiro do contrato com a empresa vencedora da licitação, embora em termos físicos, o nº de inscritos tenha superado a previsão inicial em 382.393.

4021 (A) SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO EDUCACIONAL - SIED

Produto:	MODULO IMPLANTADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	52,0	52,0	100,0 %	13,0	13,0	100,0 %
Financeiro	12.413.683	12.413.683	100,0 %	5.561.000	5.557.683	99,9 %

Comentários:

Nacional - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (0001)
Físico (13,0) Financeiro (R\$ 5.557.683)

4022 (A) SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SAEB

Produto:	SISTEMA EDUCACIONAL AVALIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	108,0	108,0	100,0 %	27,0	27,0	100,0 %
Financeiro	20.961.866	20.961.866	100,0 %	7.794.275	7.659.880	98,3 %

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Anexo

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
-----------	-------------------	---------------------------	---------	-------------------------	--------------------	---------

26000 Ministério da Educação

Comentários:

Nacional - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (0001)
Físico (27,0) Financeiro (R\$ 7.659.880)

0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS

GERENTE: VLADINEI TADEU DA SILVA

Objetivo: Garantir a assistência e promover o etnodesenvolvimento das comunidades indígenas

3089 (P) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Produto:	PROFESSOR CAPACITADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	1.536,0	1.536,0	100,0 %	250,0	380,0	152,0 %
Financeiro	900.000	764.708	85,0 %	200.000	165.282	82,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (380,0) Financeiro (R\$ 165.282)
Informamos que as Instituições que executarão as metas e os recursos programados para este ano, dependem de enviar seus PTAS ao MEC/FNDE. As normas de Assistência Financeira a Projetos Educacionais/MEC/FNDE serão públicas e em breve as instituições poderão pleitear esses recursos.
Estas mesmas informações foram transmitidas através de e-mail WilaniArnaud@mec.gov.br, de 15.05.2003 e ofício anexo.
Ofício n.º 3220 MEC/SEF/DDSE, 15 julho de 2003 Informa que as Instituições, que executarão as metas e os recursos programados para este ano, dependem de enviar seus PTAS ao MEC/FNDE. Nos meses de janeiro a maio de 2003 não houve execução.

Conforme Ofício de n.º 4942 COGEPE/DDSE/SEIF/MEC, de 10 de outubro de 2003, foi informado que as Instituições, que executarão as metas e os recursos programados para este ano, dependem de receber recursos de seus PTAS enviados ao MEC/FNDE. Portanto, nos meses de junho, julho e agosto de 2003 não houve execução de metas e recursos.

Através do ofício de n.º 5773/MEC/SEIF/DDSE, de 14 de novembro/2003, informam que as instituições, que executarão as metas e os recursos programados para este ano, dependem de receber recursos de seus PTAS enviados ao MEC/FNDE. Portanto no mês de setembro/03 não houve execução de metas.

Ofício de n.º 043/MEC/SEIF/DDSE, de 30 de dezembro de 2003 - foram selecionadas 06 (seis) Secretarias de Educação, com maior matrícula em Educação Indígena, tendo em vista que os recursos orçamentários, não são suficientes para atender a demanda do País. Firmaram convênios as Secretarias de Educação dos Estados: AC, AM, MA, MS, PA, RR. Os recursos não foram executado em sua totalidade, tendo em vista que algumas Secretarias fizeram projetos de pequeno custo.

0046 HOSPITAIS DE ENSINO

GERENTE: ATÍLIO MAZZOLENI

Objetivo: Completar a formação de profissionais nas áreas das ciências da saúde e prestar assistência ambulatorial e hospitalar à população

0523 (OE) APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO

Produto:	HOSPITAL APOIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	0,0 %
Financeiro	64.388.675	64.388.675	100,0 %	150.000	150.000	100,0 %

0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA

GERENTE: EDUARDO CARLOS MANYARI GARCIA

Objetivo: Contribuir para a universalização do ensino fundamental, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.

0513 (OE) ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Produto:	ALUNO BENEFICIADO	Unidade de Medida:	MILHAR			
Físico	152.864.207,2	148.214,7	0,1 %	37.787,0	36.226,6	95,9 %
Financeiro	4.542.693.571	3.658.021.862	80,5 %	964.548.987	954.164.181	98,9 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 19.982.838)
PECUNIA UTILIZADA COMO FUNDO DE RESERVAS PARA PAGAMENTO EM EMERGUI PARA TODO O PAIS, OS ÚNICOS ESTADOS QUE NÃO UTILIZARAM ESSES RECURSOS FORAM RONDÔNIA, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE E MATO GROSSO.
No Estado de Rondônia - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0011) Físico (330,5) Financeiro (R\$ 8.597.262)
No Estado do Acre - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0012) Físico (163,7) Financeiro (R\$ 4.271.935)
No Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0013) Físico (779,1) Financeiro (R\$ 20.337.531)
No Estado de Roraima - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0014) Físico (88,6) Financeiro (R\$ 2.294.168)
No Estado do Pará - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0015) Físico (1.762,5) Financeiro (R\$ 46.081.386)
No Estado do Amapá - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0016) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 3.626.156)
No Estado de Tocantins - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0017) Físico (309,2) Financeiro (R\$ 3.626.156)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

26000 Ministério da Educação

R\$ 8.277.848)
No Estado do Maranhão - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0021) Físico (1.773,0)
Financeiro (R\$ 46.328.677)
No Estado do Piauí - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0022) Físico (822,1) Financeiro (R\$ 21.904.992)
No Estado do Ceará - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0023) Físico (1.920,1) Financeiro (R\$ 51.225.845)
No Estado do Rio Grande do Norte - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0024) Físico (643,0)
Financeiro (R\$ 17.488.958)
No Estado da Paraíba - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0025) Físico (896,3) Financeiro (R\$ 23.389.587)
No Estado de Pernambuco - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0026) Físico (1.732,5)
Financeiro (R\$ 45.835.732)
No Estado de Alagoas - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0027) Físico (743,2) Financeiro (R\$ 19.393.663)
No Estado de Sergipe - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0028) Físico (466,0) Financeiro (R\$ 12.121.379)
No Estado da Bahia - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0029) Físico (3.750,3) Financeiro (R\$ 88.140.236)
No Estado de Minas Gerais - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0031) Físico (3.730,7)
Financeiro (R\$ 97.700.012)
No Estado do Espírito Santo - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0032) Físico (614,5)
Financeiro (R\$ 16.416.071)
No Estado do Rio de Janeiro - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0033) Físico (2.246,8)
Financeiro (R\$ 56.468.043)
No Estado do Mato Grosso do Sul - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0035) Físico (6.329,3)
Financeiro (R\$ 153.766.560)
No Estado do Paraná - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0041) Físico (1.768,1) Financeiro (R\$ 47.674.278)
No Estado de Santa Catarina - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0042) Físico (1.046,8)
Financeiro (R\$ 28.403.365)
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0043) Físico (1.769,7)
Financeiro (R\$ 46.925.240)
No Estado do Mato Grosso - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0051) Físico (605,7)
Financeiro (R\$ 16.320.208)
No Estado de Goiás - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0052) Físico (1.094,2) Financeiro (R\$ 28.872.463)
No Distrito Federal - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0053) Físico (350,4) Financeiro (R\$ 9.151.116)
No Estado do Mato Grosso do Sul - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0054) Físico (490,2)
Financeiro (R\$ 13.168.632)

4042 (A) ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (SAÚDE DO ESCOLAR)

Produto:	ALUNO ASSISTIDO	Unidade de Medida:	MILHAR			
Físico	12.000,0	8.012,0	66,8 %	5.000,0	4,0	0,1 %
Financeiro	64.476.000	41.764.419	64,8 %	9.532.284	275.359	2,9 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (4,0) Financeiro (R\$ 275.359)
Só teve execução no DF, a licitação só contemplou o DF pois os valores estavam acima da dotação orçamentária.

0515 (OE) DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA

Produto:	ESCOLA BENEFICIADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	369.701,0	255.911,0	69,2 %	89.938,0	77.910,0	86,6 %
Financeiro	572.585.875	572.585.875	100,0 %	186.228.050	184.715.175	99,2 %

Comentários:

Na Região Norte - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0010) Físico (15.108,0) Financeiro (R\$ 32.564.300)
A execução do PDDE, entendida como repasse financeiro, ocorre à medida que as prefeituras municipais e as secretarias estaduais e distritais de educação enviam os dados cadastrais e se encontram adimplentes com a prestação de contas, não havendo, portanto, programação de liberação mensal. A previsão total do ano foi informada no mês de dezembro.
Na Região Nordeste - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0020) Físico (57.722,0) Financeiro (R\$ 130.836.325)
A execução do PDDE, entendida como repasse financeiro, ocorre à medida que as prefeituras municipais e as secretarias estaduais e distritais de educação enviam os dados cadastrais e se encontram adimplentes com a prestação de contas, não havendo, portanto, programação de liberação mensal. A previsão total do ano foi informada no mês de dezembro.
Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0050) Físico (5.080,0)
Financeiro (R\$ 21.314.550)
A execução do PDDE, entendida como repasse financeiro, ocorre à medida que as prefeituras municipais e as secretarias estaduais e distritais de educação enviam os dados cadastrais e se encontram adimplentes com a prestação de contas, não havendo, portanto, programação de liberação mensal. A previsão total do ano foi informada no mês de janeiro.

0517 (OE) DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL

Produto:	ESCOLA BENEFICIADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	165.985,0	121.788,0	73,4 %	43.340,0	39.643,0	91,5 %
Financeiro	361.271.825	361.271.825	100,0 %	119.979.950	119.802.325	99,9 %

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

Comentários:

Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0030) Físico (24.789,0) Financeiro (R\$ 82.882.200)
A execução do PDDE, entendida como repasse financeiro, ocorre à medida que as prefeituras municipais e as secretarias estaduais e distritais de educação enviam os dados cadastrais e se encontram adimplentes com a prestação de contas, não havendo, portanto, programação de liberação mensal. A previsão total do ano foi informada no mês de janeiro.
Na Região Sul - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0040) Físico (14.354,0) Financeiro (R\$ 34.779.525)
A execução do PDDE, entendida como repasse financeiro, ocorre à medida que as prefeituras municipais e as secretarias estaduais e distritais de educação enviam os dados cadastrais e se encontram adimplentes com a prestação de contas, não havendo, portanto, programação de liberação mensal. A previsão total do ano foi informada no mês de janeiro.
No Distrito Federal - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0053) Físico (500,0) Financeiro (R\$ 2.140.600)
A execução do PDDE, entendida como repasse financeiro, ocorre à medida que as prefeituras municipais e as secretarias estaduais e distritais de educação enviam os dados cadastrais e se encontram adimplentes com a prestação de contas, não havendo, portanto, programação de liberação mensal. A previsão total do ano foi informada no mês de janeiro.

4046 (A) DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Produto:	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	Unidade de Medida:	MILHAR			
Físico	435.980,3	435.980,3	100,0 %	114.855,0	119.444,7	104,0 %
Financeiro	2.002.735.904	2.002.735.904	100,0 %	601.157.404	600.074.311	99,8 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (119.444,7) Financeiro (R\$ 600.074.311)
Em 2003, foram aplicados R\$ 600.084.404 na aquisição de 119,4 milhões de exemplares.

2064 (A) DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Produto:		Unidade de Medida:				
				Ação não possui dados físicos		
Físico						
Financeiro	0	0	0,0 %	5.000.000	0	0,0 %

5079 (P) FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III

Produto:	ESCOLA BENEFICIADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	4.750,0	4.750,0	100,0 %	5.000,0	3.750,0	75,0 %
Financeiro	673.150.000	66.420.913	9,9 %	56.705.294	46.420.913	81,9 %

Comentários:

Na Região Norte - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0010) Físico (914,0) Financeiro (R\$ 10.039.789)
Na Região Nordeste - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0020) Físico (2.035,0) Financeiro (R\$ 27.435.748)
Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0050) Físico (801,0) Financeiro (R\$ 8.945.376)

0304 (OE) GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF

Produto:	-	Unidade de Medida:	-			
				Ação não possui dados físicos		
Físico						
Financeiro	3.105.566.465	2.348.058.398	75,6 %	657.500.084	620.584.274	94,4 %

Comentários:

No Estado do Pará - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0015) Físico () Financeiro (R\$ 109.202.022)
No Estado do Maranhão - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0021) Físico () Financeiro (R\$ 192.632.158)
No Estado do Piauí - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0022) Físico () Financeiro (R\$ 37.045.846)
No Estado da Bahia - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0029) Físico () Financeiro (R\$ 281.704.248)

0519 (OE) PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA

Produto:	ALUNO BENEFICIADO	Unidade de Medida:	MILHAR
----------	-------------------	--------------------	--------

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

26000 Ministério da Educação

Físico	23.287,0	23.287,0	100,0 %	10.207,0	10.307,1	101,0 %
Financeiro	3.900.587.005	3.900.587.005	100,0 %	1.606.986.802	1.564.261.837	97,3 %

Comentários:

No Estado de Rondônia - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0011) Físico (68,1) Financeiro (R\$ 9.423.920)
No Estado do Acre - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0012) Físico (47,1) Financeiro (R\$ 7.023.624)
No Estado do Amazonas - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0013) Físico (189,3) Financeiro (R\$ 28.005.945)
No Estado de Roraima - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0014) Físico (16,7) Financeiro (R\$ 2.600.404)
No Estado do Pará - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0015) Físico (531,1) Financeiro (R\$ 81.854.761)
No Estado do Amapá - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0016) Físico (36,9) Financeiro (R\$ 6.109.332)
No Estado de Tocantins - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0017) Físico (111,2) Financeiro (R\$ 16.688.546)
No Estado do Maranhão - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0021) Físico (734,7) Financeiro (R\$ 110.792.643)
No Estado do Piauí - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0022) Físico (413,0) Financeiro (R\$ 57.840.595)
No Estado do Ceará - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0023) Físico (928,9) Financeiro (R\$ 135.574.327)
No Estado do Rio Grande do Norte - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0024) Físico (278,5) Financeiro (R\$ 40.693.711)
No Estado da Paraíba - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0025) Físico (388,9) Financeiro (R\$ 57.395.673)
No Estado de Pernambuco - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0026) Físico (668,0) Financeiro (R\$ 96.088.576)
No Estado de Alagoas - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0027) Físico (305,6) Financeiro (R\$ 44.530.897)
No Estado de Sergipe - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0028) Físico (167,1) Financeiro (R\$ 23.650.150)
No Estado da Bahia - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0029) Físico (1.390,7) Financeiro (R\$ 209.489.276)
No Estado de Minas Gerais - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0031) Físico (1.147,9) Financeiro (R\$ 174.333.891)
No Estado do Espírito Santo - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0032) Físico (162,4) Financeiro (R\$ 26.115.373)
No Estado do Rio de Janeiro - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0033) Físico (347,1) Financeiro (R\$ 58.522.659)
No Estado de São Paulo - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0035) Físico (783,0) Financeiro (R\$ 126.748.968)
No Estado do Paraná - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0041) Físico (470,1) Financeiro (R\$ 74.645.439)
No Estado de Santa Catarina - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0042) Físico (185,8) Financeiro (R\$ 29.131.817)
No Estado do Rio Grande do Sul - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0043) Físico (414,0) Financeiro (R\$ 62.628.733)
No Estado do Mato Grosso - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0051) Físico (122,1) Financeiro (R\$ 19.462.181)
No Estado de Goiás - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0052) Físico (241,4) Financeiro (R\$ 38.932.102)
No Distrito Federal - Ministério da Educação (0053) Físico (65,4) Financeiro (R\$ 11.692.769)
No Estado do Mato Grosso do Sul - Ministério da Educação - Ministério da Educação (0054) Físico (92,1) Financeiro (R\$ 14.285.525)

3699 (P) VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR

Produto:	VEICULO ADQUIRIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE
----------	-------------------	--------------------	---------

Físico	6.051,0	6.051,0	100,0 %	1.902,0	1.297,0	68,2 %
Financeiro	274.489.630	274.489.630	100,0 %	89.492.080	61.392.494	68,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (1.297,0) Financeiro (R\$ 61.392.494)
Não foi realizada a previsão física e financeira uma vez que esta ação é executada conforme a demanda dos estados, prefeituras ou municípios. Os convênios são assinados após verificação da conformidade dos dados cadastrais e que estejam com a documentação adimplente.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004